



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Do Sr. NICOLETTI)

Requer o envio de Indicação Legislativa ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República para solicitar da Procuradoria-Geral da República a adoção de providências visando à preservação da isonomia remuneratória entre os servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Poder Judiciário da União (PJU).

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 113, I, do Regimento Interno, o envio ao Poder Executivo da indicação anexa.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

NICOLETTI
Deputado Federal
UNIÃO/RR

Apresentação: 11/09/2025 15:23:43.567 - Mesa

INC n.2263/2025



* C D 2 5 8 8 9 9 2 4 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº , DE 2025
(Do Sr. Dep. NICOLETTI)

Solicito à Procuradoria-Geral da República a adoção de providências visando à preservação da isonomia remuneratória entre os servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Poder Judiciário da União (PJU).

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República,

Nos termos do art. 113 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresento a presente **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Senhor Paulo Gonet Branco, Procurador-Geral da República, que sejam adotadas as medidas necessárias para assegurar a histórica isonomia remuneratória entre os servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Poder Judiciário da União (PJU).

JUSTIFICATIVA

Considerando que o Supremo Tribunal Federal aprovou, em sessão administrativa de 28 de agosto de 2025, proposta de reestruturação remuneratória para os servidores do PJU, com reajustes escalonados de 8% em 2026, 8% em 2027 e 8% em 2028, totalizando 25,97% de aumento, é fundamental que o MPU encaminhe proposição legislativa que contemple os mesmos percentuais de reajuste para os servidores de sua carreira, mantendo a tradição de paridade entre os dois ramos do sistema de justiça.

Ressalte-se que o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal – SINDJUS/DF já protocolou requerimento administrativo junto à Procuradoria-Geral da República, acompanhado de estudo técnico-orçamentário que demonstra a viabilidade da proposta, nos termos da Lei Complementar nº 200/2023 e do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 (PLN nº 15/2025).

Dessa forma, sugere-se que seja agendada audiência entre a Procuradoria-Geral da República e os representantes do SINDJUS/DF, a fim de

Apresentação: 11/09/2025 15:23:43.567 - Mesa

INC n.2263/2025



* C D 2 5 8 8 9 9 2 4 4 9 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

que possam expor pessoalmente as razões e fundamentos técnicos que justificam a equiparação remuneratória entre servidores do MPU e PJU.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2025.

NICOLETTI
Deputado Federal
UNIÃO/RR

Apresentação: 11/09/2025 15:23:43.567 - Mesa

INC n.2263/2025



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 746 | CEP 70160-900 – Brasília/DF
Telefone (61) 3215-5746 | dep.nicoletti@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258899249500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nicoletti



* C D 2 5 8 8 9 9 2 4 9 5 0 0 *